XXI SIMPÓSIO INTERNACIONAL FILOSÓFICO - TEOLÓGICO
FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA - FAJE

IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM HELDER

27 A 30 DE OUTUBRO | PRESENCIAL E ON-LINE

ECONOMIA, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES

CADERNO DE RESUMOS



Realização:

Dom Helder CENTRO UNIVERSITÁRIO

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Apoio:

CAPES FAPEMIG

Paulinas Edições Loyola PAULUS Solare



ISSN 2176-1337

XXI SIMPÓSIO INTERNACIONAL FILOSÓFICO-TEOLÓGICO – FAJE

IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM HELDER

• • •

ECONOMIA, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES

27/10/26 a 30/10/26 | EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

SUMÁRIO

EMENTA 4

COMO ACESSAR AS ATIVIDADES ON-LINE 6

ENDEREÇOS 7

PROGRAMAÇÃO GERAL 8

MINICURSOS – EMENTAS 16

COMUNICAÇÕES 22

COMISSÕES 89

EMENTA

A Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e o Centro Universitário Dom Helder (UNIDOM) promoverão, de 27 a 30 de outubro de 2026, o XXI Simpósio Internacional Filosófico-Teológico da FAJE & o IX Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do UNIDOM, com o tema: "Economia, Ética e Sustentabilidade: múltiplos olhares".

Diante de um contexto marcado, em escala global, por crises econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas, torna-se fundamental refletir e buscar caminhos que viabilizem a construção de relações mais justas, a promoção da dignidade e da valorização da vida, o cuidado com a natureza e a justiça socioambiental. Ao promover, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, uma reflexão sobre Economia, Ética e Sustentabilidade, o evento visa lançar luzes sobre uma realidade que se apresenta como desafio real, assumindo como objetivo formar pessoas lúcidas e capazes de reconhecer seu papel no mundo e de assumir posição responsável diante da realidade. Não se trata de algo secundário para nossa fé, mas sim de um apelo de Deus aos cristãos e a toda a humanidade.

Objetivo: Promover um espaço qualificado de diálogo interdisciplinar e de reflexão crítica sobre Economia, Direito Ambiental, Sustentabilidade, Teologia e Filosofia, favorecendo a construção de perspectivas integradas sobre os desafios contemporâneos da responsabilidade socioambiental. Busca-se, ainda, aprofundar a compreensão da sustentabilidade ética e ecológico-ambiental sob enfoques econômicos, jurídicos, filosóficos e teológicos, estimulando o discernimento e a produção acadêmica comprometida com o cuidado da "casa comum" e com o fortalecimento do debate científico em torno de caminhos possíveis para a proteção do planeta e da vida em sociedade.

Justificativa: Diante da intensificação das crises econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas em escala global — e de seus impactos cada vez mais profundos sobre a vida humana e os ecossistemas — torna-se imprescindível promover uma abordagem integrada entre diferentes campos do saber. A complexidade da crise socioambiental planetária, que vem sistematicamente se agravando a ponto de asfixiar o planeta e colocar em risco a própria agenda global de proteção da Terra e de garantia de futuro até marcos decisivos como 2050, exige mais do que respostas setoriais ou exclusivamente normativas. Embora o Direito Ambiental seja instrumento fundamental de regulação e tutela, ele se revela insuficiente para enfrentar, sozinho, a densidade e a interdependência dos desafios contemporâneos, sem o diálogo consistente com a Economia, a Filosofia, a Sustentabilidade e a Teologia. É nesse horizonte que se faz necessária a busca de fundamentos ontológicos e valorativos

que sustentem, com profundidade e coerência, o exercício do cuidado com a criação, a justiça socioambiental, a justiça social e intergeracional, e o respeito inegociável à dignidade de toda forma de vida. O evento justifica-se, portanto, por oferecer um espaço acadêmico de reflexão crítica e interdisciplinar, capaz de estimular a produção de conhecimento e a formação de consciência ética diante das urgências do nosso tempo. Ao articular contribuições jurídicas, econômicas, filosóficas e teológicas, pretende-se fortalecer o debate científico e construir propostas e caminhos que favoreçam práticas ecologicamente sustentáveis, socialmente justas e orientadas à proteção da Vida — do planeta e da humanidade — como compromisso comum e inadiável.

COMO ACESSAR AS ATIVIDADES ON-LINE

ATENÇÃO: Para acessar as atividades on-line, basta clicar no ícone:



Este ícone estará tanto na programação quanto nos resumos das comunicações.

ENDEREÇOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM HELDER

R. Álvares Maciel, 628 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 - Planalto, Belo Horizonte - MG

PROGRAMAÇÃO GERAL

27/10 | Terça-feira

Centro Universitário Dom Helder (UNIDOM)

19h

Abertura

Fala de abertura dos reitores da FAJE e do UNIDOM

Presencial
Dom Helder
e On-line



19h15

Conferência de abertura

Justicia ambiental y sustentabilidad de la vida

Conferencista: Prof. Dr. Enrique Leff (UNAM)

Mediadora: Profa. Dra. Mariza Rios (UNIDOM)

Presencial
Dom Helder
e On-line

Conferência em espanhol



28/10 | Quarta-feira

Centro Universitário Dom Helder (UNIDOM)

Tema: Direito e Sustentabilidade

8h

Conferência

Estado, derecho e instituciones en la era digital avanzada

Conferencista: Prof. Dr. Enrique Del Percio (USI)

Mediador: Prof. Dr. Marcelo Kokke Gomes (UNIDOM)

Presencial
Dom Helder
e On-line

Conferência em espanhol

Auditório UNIDOM



10h

Painel

Sustentabilidade: múltiplos olhares

Moderador: Prof. Dr. Lyssandro Norton Siqueira (UNIDOM)

Profa. Dra. Gisela Ponce Lehr (Universidad Nacional de Rio Negro) – fala em espanhol

Prof. Dr. Nicolas Panotto (Comunidad Teológica de Chile) – fala em espanhol

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin (PUCRS)

Presencial
Dom Helder
e On-line

Auditório UNIDOM



14h30

Comunicações

Presencial: GT Direito e Sustentabilidade; GT Ecologia e Economia; GT Desafios contemporâneos: múltiplos olhares; GT Experiências e perspectivas latino-americanas

On-line (Teams): GT Direito e Sustentabilidade; GT Ecologia e Economia; GT Desafios contemporâneos: múltiplos olhares

Presencial
Dom Helder
e On-line

Salas 23, 33, 71, 81, 91, 92 e 111
Prédio 1

16h30

Minicursos

Presencial
Dom Helder
e On-line



1. *Um direito próprio da natureza? Considerações a partir da ética da responsabilidade* – Prof. Dr. Jelson de Oliveira (PUCPR) – on-line (Teams)

2. *Aspectos econômicos das mudanças climáticas* – Prof. Dr. Émilien Vilas Boas (UNIDOM) – presencial

Sala 91 – Prédio 1

3. *Experiencia de diálogo con pueblos indígenas en Argentina* – Prof. Cláudio Ramirez (Argentina) – presencial – curso em espanhol

Sala 92 – Prédio 1

	4. *Equidad de Género. Una experencia desde el sur de Chile* – Profa. Dra. Andrea Castilho (Chile) – presencial – curso em espanhol	Sala 81 – Prédio 1
16h30	**Oficina corporal** *Cuerpo, espiritualidad y ecología* Profa. Dra. Doris Munoz (Chile) – atividade em espanhol	Presencial **Dom Helder** Sala 111 - Prédio 1
19h	**Minicursos**	On-line (Teams)
	1. *Ética do Bem Viver segundo os Povos Indígenas: o paradigma ecocêntrico* – Prof. Me. Gabriel dos Anjos Vilardi (Loyola School of Theology do Ateneo de Manila University)	
	2. *O neoliberalismo como forma de compreensão do real: a lógica de mercado como constituidora do direito* – Prof. Dr. Ricardo Manoel (Milton Campos)	
	3. *A vulnerabilidade da vida entre técnica e economia: contribuições de Hans Jonas para uma ética da responsabilidade diante da atual crise ecológica* – Prof. Dr. José Carlos Moreira (UFMG)	
	4. *Ética da Reciprocidade: Releituras Bíblicas Feministas contra a Violência e a Exploração Social* – Profa. Dra. Karen Colares (FAJE)	
	5. *Capitalismo e Justiça Social nas Sociedades Contemporâneas* – Prof. Dr. Elton Ribeiro (FAJE)	

29/10 | Quinta-feira

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE)

Tema: Ecologia e Economia

8h às 17h

Exposição

Indigenismo encarnado: o olhar de Egon Heck

Presencial **FAJE**

Hall do Auditório Dom Luciano Mendes de Almeida

8h

Conferência

Ecologia Política em perspectiva latino-americana

Conferencista: Prof. Dr. Enrique Leff (UNAM)

Mediador: Prof. Dr. Elton Vitoriano Ribeiro (FAJE)

Presencial **FAJE** e On-line

Conferência em espanhol

Hall do Auditório Dom Luciano



10h

Conferência

Economia e Justiça Socioambiental

Conferencista: Prof. Dr. Ladislas Dowbor (PUC-SP)

Mediador: Prof. Dr. Carlos Roberto Drawin (FAJE)

Presencial **FAJE** e On-line

Hall do Auditório Dom Luciano



14h30

Comunicações

Presencial: GT Direito e Sustentabilidade e GT Experiências e perspectivas latino-americanas (Sala 224); GT Ecologia e Economia (Sala 225); GT Desafios contemporâneos: múltiplos olhares – GT01 (Sala 223) e GT02 (Sala 226)

On-line (Teams): GT Direito e Sustentabilidade; GT Desafios contemporâneos: múltiplos olhares

Presencial **FAJE** e On-line

2º pavimento do Bloco Pe. Libânio

16h30

Minicursos

Presencial **FAJE** e On-line

Salas 213, 214 e 215
1º pavimento do Bloco Pe. Libânio

1. *Cuidar da comida, cuidar da vida: soberania alimentar, povos tradicionais e justiça socioambiental* – Bruneli Vieira Pires Medeiros (mestranda, Dom Helder); Me. Larissa Lauane Rodrigues Vieira (doutoranda, PUC-BH); Luiza Aarestrup Rocha Ferreira (mestranda, Faculdade de Lisboa) – on-line (Teams)

2. *Direito das águas: educação ambiental e engajamento social na proteção dos recursos hídricos* – Me. Fani Rodrigues de Oliveira Patrocínio (doutoranda, Dom Helder; GP Direitos da Natureza do PPGD Dom Helder); Dra. Juliana Santiago da Silva (UNIFACIG-Manhuaçu); Dra. Meirilane Gonçalves Coelho (GP Direitos da Natureza do PPGD Dom Helder) – on-line (Teams)

3. *Nós e os animais: reflexões éticas, ecológicas e teológicas* – Prof. Dr. Marco Túlio Brandão (UFJF) – on-line (Teams)

	4. *Lei Geral de Licenciamento Ambiental* – Prof. Dr. Marcelo Kokke (UNIDOM) – on-line (Teams)	
	5. *Cuidado da vida e Espiritualidade Ecológica* – Prof. Me. Diego Martin Pereira Rios (Argentina) – presencial	Sala 215
	6. *El trabajo como ordenador de la vida: una mirada teórica y política sobre la justicia social, experiencia de campo y discursos teológicos* – Prof. Juan Manuel Rega (Argentina) – presencial – minicurso em espanhol	Sala 214
	7. *Alimentação e Ecologia: mútuas implicações?* – Prof. Me. Anderson Silva Barroso (FAJE) – presencial	Sala 213
16h30	**Roda de conversa** *Ecofeminismo e justiça socioambiental: desafios e perspectivas* Profa. Dra. Karen Colares (FAJE); Profa. Dra. Andrea Castilho (Chile); Profa. Dra. Doris Munoz (Chile); Profa. Dra. Ivone Gebara (PUC-SP); Profa. Dra. Mariza Rios (UNIDOM); Profa. Dra. Marília Murta (FAJE)	Presencial **FAJE** Sala Zilda Arns – Bloco Dom Helder
19h	**Roda de conversa** *Memórias do indigenismo encarnado* Egydio Schawade – membro-fundador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Prof. Dr. Luis Ventura – secretário executivo nacional do CIMI	Presencial **FAJE** Auditório Dom Helder

30/10 | Sexta-feira

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE)

Tema: Desafios contemporâneos: múltiplos olhares

8h às 17h	**Exposição** *Indigenismo encarnado: o olhar de Egon Heck*	Presencial **FAJE** Hall do Auditório Dom Luciano Mendes de Almeida
8h	**Conferência** *Los pueblos latinoamericanos ante el colapso sistemico en curso* Conferencista: Prof. Dr. Raul Zibechi (escritor, jornalista, ativista e pesquisador) Mediador: Prof. Dr. Sinivaldo Tavares (FAJE)	Presencial **FAJE** e On-line Conferência em espanhol Hall do Auditório Dom Luciano 
10h	**Conferência** *Contribución de la fe cristiana a una sociedad sostenible* Conferencista: Prof. Dr. Jaime Tatay (Universidad Pontificia Comillas) Mediador: Prof. Dr. Afonso Murad (FAJE)	Presencial **FAJE** e On-line Conferência em espanhol Hall do Auditório Dom Luciano 

14h30

Painel

Direitos da Natureza e regime jurídico de proteção ambiental

Moderadora: Profa. Me. Fani Rodrigues de Oliveira Patrocínio (UNIDOM)

Prof. Dr. Edmilson de Jesus Ferreira (UNIDOM)

Profa. Dra. Mariza Rios (UNIDOM)

Prof. Dr. Marcelo Kokke Gomes (UNIDOM)

Presencial **FAJE** e On-line

Hall do Auditório Dom Luciano



16h30

Conferência de encerramento

Antropologia filosófica, espiritualidade, ecologia: perspectivas contemporâneas

Conferencista: Profa. Dra. Ivone Gebara (pesquisadora e escritora)

Mediadora: Profa. Dra. Marília Murta (FAJE)

Presencial **FAJE** e On-line

Hall do Auditório Dom Luciano



18h30

Feira Cultural

CALMA e CATA

Presencial **FAJE**

Campus da FAJE

MINICURSOS – EMENTAS

28/10 | 16h30 | UNIDOM

UM DIREITO PRÓPRIO DA NATUREZA? CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ÉTICA DA RESPONSABILIDADE



Prof. Dr. Jelson de Oliveira (PUCPR) – on-line (Teams)

Ementa: O minicurso propõe uma reflexão sobre a possibilidade de reconhecer a natureza como sujeito de direitos, analisando os fundamentos éticos e filosóficos dessa perspectiva. A partir da ética da responsabilidade desenvolvida por Hans Jonas, serão discutidos os desafios impostos pela crise ecológica contemporânea e os limites da concepção antropocêntrica do direito. Serão abordadas as implicações dessa temática para a justiça climática e para as relações entre humanidade e natureza. O minicurso busca fomentar uma compreensão crítica acerca das responsabilidades éticas das gerações presentes diante da preservação da vida no planeta.

ASPECTOS ECONÔMICOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Prof. Dr. Émilien Vilas Boas (UNIDOM) – presencial

Ementa: O minicurso inicia esclarecendo o que são mudanças climáticas, aquecimento global e gases de efeito estufa (GEE). Em seguida, mostra como a interferência antrópica vem alterando o clima nos últimos 150 anos. Por último, esclarece o estudo econômico, suas dificuldades, métodos e conquistas a respeito das mudanças climáticas; debruçando-se sobre a mortalidade futura causada por essas alterações.

EXPERIENCIA DE DIÁLOGO CON PUEBLOS INDÍGENAS EN ARGENTINA

Prof. Cláudio Ramirez (Argentina) – presencial – curso em espanhol

Ementa: En la Argentina existen aproximadamente unos 58 pueblos originarios que han sufrido a partir de la conquista y la colonización, la sistemática usurpación y despojo de sus territorios ancestrales y junto con ello el silenciamiento de sus lenguas, de sus cantos y ritos, en otra palabra de sus cosmovivencias donde lo sagrado marca otro tiempo, otro espacio. otra lógica de relaciones con la divinidades, con la comunidad y con la naturaleza, enriqueciendo la teología y la fe en Jesucristo. En especial, la propuesta se centrará en la experiencia espiritual y teológica de los pueblos andinos del norte argentino.

EQUIDAD DE GÉNERO. UNA EXPERENCIA DESDE EL SUR DE CHILE

Profa. Dra. Andrea Castilho (Chile) – presencial – curso em espanhol

Ementa: En este minicurso podrás conocer la experiencia situada de la equidad de género en el contexto de educación superior en el sur de Chile, sus oportunidades y tensiones. Será un espacio de dialogo donde podrás profundizar en las categorías de género, interseccionalidad e interculturalidad.

28/10 | 19h | On-line (Teams)

ÉTICA DO BEM VIVER SEGUNDO OS POVOS INDÍGENAS: O PARADIGMA ECOCÊNTRICO



Prof. Me. Gabriel dos Anjos Vilardi (Loyola School of Theology do Ateneo de Manila University)

Ementa: Diante da grave crise socioambiental que a humanidade enfrenta, o modelo econômico vigente está em xeque. A partir do pensamento descolonial, este curso apresentará os paradigmas antropocêntrico e ecocêntrico, bem como suas origens e implicações históricas. Pretende-se aprofundar a Ética do Bem Viver, tendo como centralidade as perspectivas dos povos originários e o seu modo de se relacionar com a Natureza e com os demais seres humanos.

O NEOLIBERALISMO COMO FORMA DE COMPREENSÃO DO REAL: A LÓGICA DE MERCADO COMO CONSTITUIDORA DO DIREITO



Prof. Dr. Ricardo Manoel (Milton Campos)

Ementa: Analisar como as normas jurídicas são compreendidas e qualitativamente mensuradas pelas bases do neoliberalismo, em especial, por Friedrich Hayek em *The Results of Human Acton but not of Human Design*. Para tanto, emprega-se a metodologia de revisão de bibliografia, partindo das obras de Foucault, Dardot, Laval e Brown, para apontar como o neoliberalismo – compreendido como forma de razão – captura todas as esferas humanas, inclusive a do direito.

A VULNERABILIDADE DA VIDA ENTRE TÉCNICA E ECONOMIA: CONTRIBUIÇÕES DE HANS JONAS PARA UMA ÉTICA DA RESPONSABILIDADE DIANTE DA ATUAL CRISE ECOLÓGICA



Prof. Dr. José Carlos Moreira (UFMG)

Ementa: O minicurso propõe uma análise da vulnerabilidade da vida no contexto dos avanços e das transformações promovidos pela racionalidade técnico-econômica contemporânea, a partir da filosofia de Hans Jonas. Serão examinados os fundamentos ontológicos e éticos do *Princípio Responsabilidade*, com especial atenção à ampliação do poder tecnológico e às suas consequências para o futuro da humanidade e da biosfera. Partindo do diagnóstico jonasiano da civilização tecnológica, o curso discutirá a insuficiência dos paradigmas éticos tradicionais diante dos riscos produzidos pela técnica moderna e analisará a responsabilidade como categoria fundamental para a preservação das condições de possibilidade da vida. Nesse horizonte, a crise ecológica contemporânea será abordada como um dos principais desafios éticos e políticos do presente, evidenciando a atualidade do pensamento de Hans Jonas para a reflexão sobre sustentabilidade, gerações futuras e proteção da vida.

ÉTICA DA RECIPROCIDADE: RELEITURAS BÍBLICAS FEMINISTAS CONTRA A VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SOCIAL



Profa. Dra. Karen Colares (FAJE)

Ementa: O minicurso investiga as intersecções entre teologia, gênero e sustentabilidade social, tomando como eixo central a dignidade humana. A partir do resgate crítico da Ética da Reciprocidade (a Regra de Ouro), o curso analisa como interpretações patriarcais e anacrônicas de textos sagrados operam como ferramentas de legitimação de opressões sistêmicas, com foco na violência doméstica e na exploração social. Utilizando o aparato metodológico da hermenêutica bíblica feminista e da teologia latino-americana, o programa propõe a desconstrução de discursos de submissão e a reconstrução de uma práxis comunitária baseada na equidade, na justiça distributiva e no respeito mútuo.

CAPITALISMO E JUSTIÇA SOCIAL NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS



Prof. Dr. Elton Ribeiro (FAJE)

Ementa: A proposta do curso é a de apresentar textos da filósofa Nancy Fraser sobre justiça e capitalismo. Nancy Fraser, partindo da pergunta sobre qual o quadro referencial mais apropriado para discutir as questões de justiça nas sociedades capitalistas contemporâneas. A ideia

é ampliar o conceito de justiça com questões de reconhecimento e redistribuição, mas também com uma robusta ideia de solidariedade transnacional. No curso pretendemos, a partir das ideias de Fraser, estudar a possibilidade de uma esfera pública transfronteiriça onde o estabelecimento de quadros democráticos amplos gere projetos emancipatórios que alarguem o campo da justiça no nosso mundo globalizado.

29/10 | 16h30 | FAJE

CUIDAR DA COMIDA, CUIDAR DA VIDA: SOBERANIA ALIMENTAR, POVOS TRADICIONAIS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL



Bruneli Vieira Pires Medeiros (mestranda, Dom Helder); Me. Larissa Lauane Rodrigues Vieira (doutoranda, PUC-BH); Luiza Aarestrup Rocha Ferreira (mestranda, Faculdade de Lisboa) – on-line (Teams)

Ementa: O minicurso propõe uma reflexão sobre soberania alimentar e cuidado alimentar a partir das experiências de povos indígenas e comunidades quilombolas. Serão discutidas as relações entre alimentação, território, cultura, saúde e meio ambiente, com atenção ao racismo alimentar, aos desertos e pântanos alimentares e às desigualdades socioambientais. O curso valoriza saberes tradicionais e práticas de cuidado voltadas à proteção da vida, da comunidade e da natureza.

DIREITO DAS ÁGUAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENGAJAMENTO SOCIAL NA PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS



Me. Fani Rodrigues de Oliveira Patrocínio (doutoranda, Dom Helder; GP Direitos da Natureza do PPGD Dom Helder); Dra. Juliana Santiago da Silva (UNIFACIG-Manhuaçu); Dra. Meirilane Gonçalves Coelho (GP Direitos da Natureza do PPGD Dom Helder) – on-line (Teams)

Ementa: O minicurso pretende discutir o Direito das Águas a partir da compreensão dos recursos hídricos como bens de interesse coletivo, essenciais à manutenção da vida, à dignidade humana e ao equilíbrio socioambiental. A temática abordará a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas com reflexão sobre a governança das águas, a participação social e os instrumentos de gestão dos recursos hídricos, apontando os desafios contemporâneos relacionados à proteção da água, com enfoque em poluição, desastres socioambientais, ocupações territoriais, conflitos pelo uso da água e situações de vulnerabilidade socioambiental. Demonstrando também a educação

ambiental como instrumento de conscientização, mobilização e fortalecimento da participação popular nos processos decisórios para a proteção dos recursos hídricos.

NÓS E OS ANIMAIS: REFLEXÕES ÉTICAS, ECOLÓGICAS E TEOLÓGICAS



Prof. Dr. Marco Túlio Brandão (UFJF) – on-line (Teams)

Ementa: Em todo o mundo humanos e outros animais compartilham a vida nas cidades e áreas rurais, construindo sociedades com relações contraditórias com diversas espécies. Vários animais são trazidos para dentro dos constructos humanos, seja como pets que integram as famílias multiespécies, seja como animais criados para servirem de alimentação ou entretenimento humano. Nesse contexto, o curso objetiva refletir sobre a condição animal na sociedade moderna sob o prisma da ética, da ecologia e da teologia, abordando discussões da filosofia moral sobre a exploração animal, as consequências desta ao meio ambiente, e o lugar dos outros animais no plano criacional.

LEI GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



Prof. Dr. Marcelo Kokke (UNIDOM) – on-line (Teams)

Ementa: Estudo aprofundado, teórico e prático da Lei Federal nº 15.190/2025, o novo marco legal do licenciamento ambiental no Brasil. Análise dos princípios fundamentais, cooperação federativa no âmbito do SISNAMA, e os novos ritos processuais eletrônicos instituintes. Detalhamento das 7 tipologias de licença e regras de dispensa. Gestão estratégica de condicionantes sob a ótica do nexo causal. Interface prática e reflexos na segurança jurídica e no fluxo de investimentos nacionais.

CUIDADO DA VIDA E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

Prof. Me. Diego Martin Pereira Rios (Argentina) – presencial – Sala 215 – 1º pavimento do Bloco Pe. Libânio

Ementa: Neste minicurso, buscamos refletir sobre alguns elementos necessários para continuar construindo uma espiritualidade ecológica que deve incluir a dimensão profética do cuidado. Convencidos da presença de Deus no mundo, precisamos tornar visíveis os esforços que já estão presentes e que querem mudar essa situação, porque eles se perdem na maré da informação. Começamos cuidando de nós mesmos, depois cuidando dos outros, para que juntos possamos cuidar da Criação. Isso implica um processo pedagógico, uma mudança nas estruturas mentais e um horizonte de esperança que implica compromisso e práticas concretas.

EL TRABAJO COMO ORDENADOR DE LA VIDA: UNA MIRADA TEÓRICA Y POLÍTICA SOBRE LA JUSTICIA SOCIAL, EXPERIENCIA DE CAMPO Y DISCURSOS TEOLÓGICOS

Prof. Juan Manuel Rega (Argentina) – presencial – minicurso em espanhol – Sala 214 – 1º pavimento do Bloco Pe. Libânio

Ementa: La Arquitectura de la Dignidad: Injusticia estructural, comunidad y el trabajo como ordenador de la vida. (Una lectura desde la teología del pueblo y el magisterio social contemporáneo) 1)El Diagnóstico Crítico y las Raíces del Descarte La iniquidad institucionalizada: Análisis del modelo socioeconómico actual y su tendencia a generar exclusión sistémica, dialogando con las advertencias del magisterio pontificio sobre las estructuras que descartas vidas humanas. 2) La superación de la falsa neutralidad: Por qué la pobreza extrema y la situación de calle no son accidentes del mercado, sino el resultado de decisiones políticas y éticas que erosionan el lazo social. 3) La Comunidad Organizada como Respuesta Estructural Más allá del individualismo: La centralidad de los cuerpos intermedios, la solidaridad política y la convicción de que la salvación —en términos históricos y comunitarios— es colectiva. De la asistencia a la restitución: El pasaje conceptual de la caridad fragmentaria a la justicia distributiva que devuelve a los excluidos su condición de sujetos plenos de derechos. 4) La Experiencia en la Trinchera (Saber desde el Barro) Pedagogía del encuentro: Reflexiones surgidas de más de una década de trabajo cotidiano en el territorio junto a personas en situación de calle, habitando la intemperie y rompiendo el anonimato urbano. Restaurar la subjetividad: Cómo los dispositivos comunitarios operan para devolver la palabra, la identidad y la pertenencia a quienes cayeron en la intemperie extrema. 5)El Trabajo como Ordenador y Horizonte La centralidad antropológica de la labor: El trabajo humano concebido no como simple mercancía o factor de producción, sino como el gran eje vertebrador de la vida familiar, la dignidad y la integración social. Hacia una economía de la inclusión: Síntesis final y debate abierto sobre los desafíos de reconstruir un orden social donde nadie sobre, articulando la praxis territorial con los horizontes del pensamiento social latinoamericano.

ALIMENTAÇÃO E ECOLOGIA: MÚTUAS IMPLICAÇÕES?

Prof. Me. Anderson Silva Barroso (FAJE) – presencial – Sala 213 – 1º pavimento do Bloco Pe. Libânio

Ementa: A relação entre alimentação e ecologia constitui um dos eixos centrais das discussões contemporâneas sobre sustentabilidade, saúde planetária e justiça social. Essa conexão, contudo, é ainda pouco discutida no direito, na teologia ou na filosofia. O presente minicurso pretende oferecer uma reflexão inicial sobre o tema, demonstrando a importância e a urgência de considerar a questão da alimentação e dos sistemas alimentares globais em nossas áreas de atuação e estudos.

COMUNICAÇÕES

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT01 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE
SALA 111 – PRÉDIO 1

Coordenação: Belchior Elias Pereira

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Alexandre Augusto Cafiero Manhães
Mariza Rios

Resumo: O artigo analisa como o desenho participativo de políticas públicas transforma a positivação abstrata dos direitos humanos em realidade observável. Parte-se da defasagem entre norma e eficácia social para demonstrar que a participação popular é o elo de concretização democrática. A partir dos estudos do Programa Luz para Todos e do Minas Livre para Crescer (Canal Simplifique), evidencia-se que a participação popular confere segurança jurídica às prestações estatais e flexibilidade à gestão econômica, superando a herança clientelista.

FAST FASHION E O DESERTO DO ATACAMA: DESCARTE TÊXTIL TRANSNACIONAL COMO PROBLEMA DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Marcella Alves Lima
Ana Letícia Pereira Campos de Abreu
Marcelo Kokke Gomes (orientador)

Resumo: A pesquisa investiga em que medida o modelo de produção do fast fashion conduz ao descarte transnacional de resíduos têxteis no Deserto do Atacama, evidenciando uma transferência desigual de impactos ambientais do Norte Global ao Chile. Parte-se da hipótese de que tal prática viola a justiça ambiental internacional e o princípio do poluidor-pagador. Com base na Responsabilidade Estendida do Produtor, na economia circular e na Lei nº 20.920, analisam-se mecanismos de responsabilização e de internalização desses custos.

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO NA MEDIAÇÃO ENTRE DIREITOS DOS ANIMAIS E LIBERDADE RELIGIOSA

Anna Júlia Assis de Oliveira

Resumo: O artigo analisa o conflito constitucional entre a liberdade religiosa, com foco no sacrifício ritualístico em religiões de matriz africana, e os direitos dos animais, pautados na senciência. Através de pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo, investiga-se como o Poder Judiciário brasileiro medeia essa tensão. Utilizando a Teoria da Proporcionalidade de Robert Alexy, conclui-se que o Supremo Tribunal Federal harmoniza tais direitos ao permitir o abate religioso sem crueldade para consumo humano, preservando a cultura e a proteção ambiental.

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT02 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE
SALA 23 – PRÉDIO 1

OBSERVAR PARA PROTEGER: O DIREITO AMBIENTAL ENTRE A CIÊNCIA DO SISTEMA TERRESTRE E A GESTÃO DO RISCO

Bernardo Máximo Munayer
Thamires Venâncio Duarte

Resumo: A comunicação sustenta que o Direito Ambiental é o ramo cuja operação depende, de modo constitutivo, do acoplamento com as ciências que observam e transformam os processos do meio ambiente. A partir da Opinião Consultiva do Tribunal Internacional do Direito do Mar de 2024 e do Direito do Sistema Terrestre, pergunta-se se o direito já dispõe de procedimentos para incorporar essas observações; propõe-se, com Luhmann, Beck e Taleb, a diligência devida pré litigiosa como ponto de encontro entre observação integral e responsabilidade sob incerteza.

A EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NA PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL: O DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS LIMINARES NO CASO DA MINERAÇÃO DE LÍTIO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Gisele Rondas Diniz Costa
Thamires Venâncio Duarte
Mariza Rios

Resumo: A efetividade das medidas coercitivas e indenizatórias aplicadas às empresas responsáveis por danos ambientais constitui o objeto desta pesquisa, desenvolvida a partir do caso da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha. Mediante abordagem jurídico social e pesquisa bibliográfica documental, analisa-se a insuficiência das sanções pecuniárias diante dos lucros obtidos pela atividade minerária. Busca-se demonstrar como essa desproporção pode comprometer a tutela socioambiental, evidenciando a necessidade de revisão dos mecanismos de responsabilização e de efetivação das decisões judiciais.

DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE GERENCIAL NA EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA

Gustavo Soares de Freitas

Resumo: Há uma distância entre os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico e sua concretização, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em 2022, a Organização das Nações Unidas reconheceu o direito ao meio ambiente limpo, saudável e sustentável como direito humano. Diante dos avanços da jurisprudência internacional sobre a responsabilização dos Estados por violações de direitos fundamentais, propõe-se a Lei de Responsabilidade Gerencial, inspirada em políticas bem-sucedidas de outros países, para converter direitos previstos em garantias efetivas.

A RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR NA LOGÍSTICA REVERSA: DA INEFICÁCIA DO COMANDO E CONTROLE À INTERVENÇÃO INDUZIDA

Juliana Fátima de Aquino Moreira

Resumo: A Política Nacional de Resíduos Sólidos atribui ao consumidor deveres na logística reversa, mas o modelo de comando e controle mostra-se ineficaz diante de agentes numerosos, dispersos e de difícil fiscalização. A partir da noção de intervenção por indução de Eros Grau, o trabalho propõe tornar obrigatória a instituição, pelos municípios, de incentivos econômicos ao consumidor, como a troca de recicláveis por benefícios, custeados pelo setor produtivo no âmbito da responsabilidade compartilhada.

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT01 – ECOLOGIA E ECONOMIA
SALA 33 – PRÉDIO 1

Coordenação: Adelaide Pereira Reis

DIREITOS DA NATUREZA COMO INSTRUMENTO DO DIREITO ECONÔMICO AMBIENTAL: O RIO MOSQUITO COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Adelaide Pereira Reis
Artemis Dias Santos

Resumo: Este artigo analisa a experiência legislativa de Porteirinha, Nova Porteirinha e Serranópolis de Minas que reconheceram direitos ao Rio Mosquito para proteção hídrica, adaptação climática e preservação das comunidades tradicionais e ribeirinhas. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado do método dedutivo, através da pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados demonstram que os Direitos da Natureza fortalecem a conservação ambiental, a segurança hídrica, a biodiversidade e as atividades econômicas locais, promovendo desenvolvimento sustentável e adaptação climática.

PROGRESSO RUMO AOS CÉUS OU AO INFERNO: NATUREZA, ESCASSEZ E TEMPO NAS CONTRA-UTOPIAS TECNOLÓGICAS NEOLIBERAIS

Luísa Côrtes Grego

Resumo: O tempo da religião do capitalismo é um de eterno presente obcecado com o futuro. Nele, é essencial que a produção nunca cesse, o consumo cresça as fronteiras tecnológicas sejam constantemente ultrapassadas em busca da repetição ritualística do progresso. Em uma exploração teológico-política da discussão sobre progresso tecnológico e avanço econômico frente a crise climática, este trabalho relaciona a proposição dao capitalismo como religião de Walter Benjamin com os trabalhos de David Graeber e Gérman Huici sobre a ideal de escassez neoliberal e a escassez de fato que é produzida pela crise climática.

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT01 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES
SALA 81 – PRÉDIO 1

Coordenação: Raphaela Ledes Koubayache Mello Campos Lisboa

DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: EFETIVA APLICAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL

Anna Julia Pinto Goulart
Newton Teixeira Carvalho

Resumo: A pesquisa, metodologicamente tida como jurídico-sociológica e interpretativa, busca analisar criticamente a efetiva aplicabilidade do direito à educação previsto no art. 6° da Constituição de 1988. A ideia central é compreender a origem desse direito e seus objetivos, para aplicá-lo de forma eficiente. O estudo pretende ampliar o entendimento do que seria o efetivo exercício do direito e o acesso à escola, destacando a garantia de qualidade, a emancipação e o desenvolvimento da cidadania, por meio da organização adequada de recursos e intervenções estatais para proteção desse direito.

RACISMO AMBIENTAL NAS PERIFERIAS URBANAS BRASILEIRAS: A INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS MULHERES NEGRAS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Barbara Luisa Silva Rodrigues
Mariza Rios

Resumo: O presente resumo analisa o racismo ambiental nas periferias urbanas brasileiras, focando na vulnerabilidade socioambiental das mulheres negras e na insuficiência de políticas públicas sob a ótica dos direitos humanos. Mediante abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, examina-se como a omissão estatal no saneamento básico atinge desproporcionalmente essas mulheres, perpetuando desigualdades históricas. Utilizando o caso do Jardim Pantanal como ilustração empírica, conclui-se que a proteção ambiental efetiva exige a promoção da igualdade material e o combate às estruturas urbanas segregadoras (ALMEIDA, 2019; SANTOS, 1993).

OS IMPACTOS DA LEI 15.190/2025 – LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – À LUZ DO PRINCÍPIO DA EQUIDADE INTERGERACIONAL EM FACE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Helen Cristina de Almeida Silva

Resumo: A promulgação da Lei 15.190/2025, que estabelece, em âmbito nacional, as normas gerais referente ao licenciamento ambiental, trouxe à tona intenso debate acerca dos possíveis impactos procedimentais e/ou ambientais decorrentes do novo regramento jurídico. Sabendo-se que o licenciamento é requisito prévio para o desenvolvimento de atividade que, ao utilizar recursos naturais, cause possa causar poluição ou degradação ambiental, pretende-se analisar as disposições normativas à luz do princípio da equidade intergeracional e das potencialidades frente às mudanças climáticas.

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT02 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES
SALA 91 – PRÉDIO 1

Coordenação: Fani Rodrigues de Oliveira Patrocínio

O DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PROPOSTAS ADAPTATIVAS DE CIDADES INTELIGENTES NOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS

Jessica Zanco Ladeira

Resumo: A partir da investigação da relação entre o direito à cidade e as mudanças climáticas, analisa se como os instrumentos de política urbana das cidades inteligentes podem contribuir para a adaptação climática. Com a identificação de boas práticas de integração entre tecnologia urbana e resiliência climática, utilizando-se o método dedutivo, pode-se concluir que apenas com um planejamento urbano adaptativo integrado e inteligente é que se pode garantir o direito à cidade adaptada às mudanças climáticas.

A CONTRIBUIÇÃO DE LACAN ATRAVÉS DO "DISCURSO DO CAPITALISMO" COMO INTERPRETAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE EM SUA DIMENSÃO DE "EXCESSO DE GOZO"

José Nicolau Vieira de Rezende e Rocha

Resumo: Empregar a noção de "discurso do capitalismo", em Lacan, como chave para interpretar a contemporaneidade em sua dimensão de "excesso de gozo" e apontar para a perspectiva da ética do desejo, é o objetivo central desta comunicação. Inicia-se com uma breve apresentação dos quatro termos que compõem tal discurso, a saber: o agente (que aponta a falta e propõe o objeto de consumo); o outro (o sujeito instrumentalizado pela propaganda instalado na posição de consumidor); a verdade (o ser humano em sua condição de incompletude, de falta, de desamparo, tomado como potencial consumidor) e a produção (o efeito produzido pelo discurso do capitalismo, a saber: "o excesso de gozo"). Em seguida, buscamos criticar o modo pela qual a verdade sobre o ser humano, sua incompletude aberta e desamparada, é pervertida pelo agente do discurso capitalista, instrumentalizando o desejo humano em sua dimensão de insatisfação e incorrendo na degradação do meio ambiente, no cansaço e exaustão das pessoas humanas, no apagamento das relações interpessoais e na negação da transcendência. Por fim, oferecemos "uma rotação" no discurso, em que a verdade do sujeito convoca à ética do desejo, colocando uma barreira ao consumo em excesso e à desumanização das subjetividades.

O ENIGMA DO GENOCÍDIO: UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE OS ACONTECIMENTOS NA FAIXA DE GAZA À LUZ DA CONVENÇÃO DE 1948

Laura Araújo Gomes Polastri
Newton Teixeira Carvalho

Resumo: Em que medida as condutas atribuídas a Israel na Faixa de Gaza configuram genocídio? À luz da Convenção de 1948, a pesquisa confronta os acontecimentos desde outubro de 2023 com os elementos objetivos do crime e a exigência de dolo específico. A análise qualitativa, bibliográfica e documental reúne jurisprudência internacional e fontes oficiais. Identifica correspondência com determinadas modalidades do crime e indícios de intenção genocida, mas considera sua comprovação definitiva controvertida diante das explicações alternativas relacionadas aos objetivos militares.

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT03 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES
SALA 92 – PRÉDIO 1

Coordenação: Meirilane Gonçalves Coelho

AUSÊNCIA DE CIDADANIA E INCLUSÃO NAS REGIÕES PERIFÉRICAS: ENTENDENDO AS PROBLEMÁTICAS ENTRELAÇADAS AO CEP DAS FAVELAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Ludimila Ferreira Santos
Newton Teixeira Carvalho

Resumo: A ausência e limitação de utilização do CEP em regiões periféricas pode produzir obstáculos ao exercício da cidadania e à efetivação de direitos. A partir da realidade de comunidades de Contagem/MG, a pesquisa, de abordagem qualitativa, exploratória e documental, utiliza entrevistas com moradores e análise de legislação, jurisprudências e da política pública "CEP para Todos". Identificam-se entraves no recebimento de mercadorias e na utilização do endereço, apontando a necessidade de legislação mais efetiva e de organização comunitária para promover inclusão territorial.

INFANTICÍDIO INDÍGENA: RELATIVISMO CULTURAL E A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Maria Eduarda de Aquino Rodrigues
Mariza Rios

Resumo: O presente artigo analisa o chamado "infanticídio indígena", buscando compreender como a proteção da vida e da infância pode ser assegurada sem desconsiderar a diversidade cultural dos povos indígenas. Parte-se da hipótese de que, antes de discutir essas práticas, é necessário recuperar a história de violência, extermínio e apagamento dos saberes tradicionais indígenas, marcada pela imposição de valores ocidentais. A partir disso, propõe-se o diálogo intercultural, considerando a dignidade humana, a diversidade e a proteção integral das crianças indígenas.

A FÉ CRISTÃ COMO UM ESTILO DE HABITAR O ESPAÇO PÚBLICO

Milena Medeiros e Marques

Resumo: Esta comunicação visa apresentar a o problema da relação da fé cristã com o espaço público a partir da abordagem estilística de christoph theobald. Considerando a prerrogativa do Estado laico e a pluralidade cultural e religiosa da sociedade brasileira pretende-se apresentar como a abordagem estilísitca elaborada pelo teólogo franco alemão possibilita articular a identidade cristã com uma maneira de se colocar no debate público que, orientada pela íntima ligação entre a forma e o conteúdo da fé, viabiliza um estilo de presença marcado pelo reconhecimento da alteridade.

28/10/2026 – PRESENCIAL – UNIDOM
GT01 – EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS
SALA 71 – PRÉDIO 1

Coordenação: Gabriel Costa Vilas Novas

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: AUTODETERMINAÇÃO E SOBERANIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Beatriz Giovanni Palhano
Mariza Rios

Resumo: A relação do Estado com povos originários carrega um histórico regime tutelar. A pesquisa analisa a garantia da autodeterminação indígena e a soberania territorial. Fundamenta-se em Gersem Baniwa, na Constituição de 1988 e na Convenção OIT nº 169. Adota-se abordagem explicativa e indutiva com análise documental e jurisprudencial. Problematizam-se os desafios atuais perante a tese jurídica do Marco Temporal. Constata-se o reconhecimento da autodeterminação formal, mas com severas restrições práticas. Conclui-se que a autonomia originária exige a efetiva demarcação dos territórios.

"O VOO DA GUARÁ VERMELHA" SOBRE A EFICÁCIA DO DIREITO AMBIENTAL

Gabriel Costa Vilas Novas

Resumo: O presente resumo expandido, que estabelecerá os parâmetros da possível fala no XXI Simpósio Internacional Filosófico-Teológico da FAJE & IX Congresso Internacional de Direito Ambiental, bem como será desenvolvido melhor para entrega do artigo, tem intuito lançar um olhar crítico sobre o direito ambiental a partir da análise do romance "O voo da guará vermelha", da autora Maria Valéria Rezende. Ao longo da narrativa, Rosálio conta a Irene algumas das histórias que ocorreram durante a sua vida. Em um dos momentos, é descrita a cena na qual, ao executar um trabalho em condição análoga à escravidão, Rosálio é obrigado a derrubar árvores e trabalha "chorando de remorso e desespero" (Rezende, 2005). Em uma tentativa de remediar aquela destruição que era imposta, Rosálio começa a pegar as sementes das árvores derrubadas e começa a guardá-las no bolso para semear posteriormente a sua "descendência longe daquele perigo". Por essa atitude, ganha a alcunha de "caroço", pois os bolsos das suas calças "viviam encaroçados dessas promessas de vida" e que o personagem "guardava sem saber se ia poder semear ou se iam morrer" com ele. Diante desse breve recorte, podemos questionar a efetividade da tutela prevista no art. 225 da CF/88 para proteger o direito de Rosálio ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Quando se constata situações de violação da natureza, questiona-se, por consectário lógico, a eficácia dos direitos da natureza. Onde está essa tutela que seria garantida a todos os cidadãos, conforme preconiza o art. 255 da CF/88? Onde estão a fiscalização do Estado e os órgãos responsáveis por evitar que Rosálio chorasse em cima das árvores mortas? Para enfrentar os problemas que Maria Valéria Rezende conta por meio da vida de Rosálio, é necessário questionar não apenas a ineficácia das normas constitucionais, mas também analisar o que, por detrás desta norma, a impede de proteger em sua totalidade todos os seres vivos. Assim, pode-se questionar, por exemplo, se a norma está encriptada, conforme apontam Marinella Araújo e Sanín-Restrepo (2020). Pode-se também questionar se há uma "função simbólica de textos constitucionais carentes de concretização normativo-jurídica", nas palavras de Marcelo Neves (2011). Por fim, também se pode apontar um curto-circuito entre história e teoria, nas críticas do professor de David F. L. Gomes (2024). Conforme indicado acima, existem autores que já se propuseram à análise entre a normatividade e a realidade. Sanín-Restrepo e Araújo (2020) entendem que a legislação é posta de uma forma encriptada. Ao elucidar a teoria da encriptação de poder, os autores esclarecem que esta cobre uma vasta multiplicidade de áreas do conhecimento. Ainda, expõem que não existe consenso quanto à categoria da teoria da encriptação do poder, uma vez que poderia ser um conceito, uma teoria, uma práxis etc. Assim, defendem que a ideia criou vida própria. Todavia, uma primeira concepção, em um grau abstrato, é que a encriptação do poder seria "a imposição de simulações institucionais de diferença que condicionam, neutralizam ou proíbem a agência (atuação) política, reduzindo-a (a diferença)

a modelos estáticos e sólidos de identidade que se apresentam como a única forma de poder" (Sanín-Restrepo, Araújo, 2020). Diante dessa abstração, pode-se elaborá-la em três partes que compõem a construção da encriptação: o conceito, o que está encriptado (pode ser o povo, ser, por exemplo) e as formas de encriptação, que corresponderiam a um simulacro que está intimamente ligado à soberania. Em verdade, a teoria da encriptação seria uma forma de "ocultar uma mensagem à vista de todos" (Sanín-Restrepo, Araújo, 2020). Na análise que se pretende fazer, pode-se averiguar, por exemplo, que Rosálio seria um ser que está encriptado. A teoria da encriptação seria mais ampla que a constitucionalização simbólica de Marcelo Neves, uma vez que a teoria da encriptação do poder não se limita a um campo, conforme demonstrado acima. Todavia, carece de colocá-la em voga, pois foi mais bem trabalhada e discutida em décadas e sua semelhança ajudaria a entender melhor o que seria essa "encriptação". Assim, a constitucionalização simbólica é caracterizada como "o fato de que o texto constitucional não é suficientemente concretizado normativo-juridicamente de forma generalizada" (Neves, 2011). Dessa forma, falta ao texto constitucional normatividade, ou seja, na linguagem da Teoria dos Sistemas, ele não seria correspondente às expectativas normativas congruentes generalizadas. Assim, no caso da "constitucionalização simbólica", existe um bloqueio permanente e estrutural da concretização dos programas jurídico-constitucionais em detrimento de outros códigos sistêmicos, uma vez que o código jurídico "lícito/ilícito" é sobreposto por outros códigos em decorrência da hipertrofia político-ideológica (Neves, 2011). Por fim, o professor David F. L. Gomes contrapõe-se à constitucionalização simbólica proposta por Marcelo Neves. Assim, Gomes (2024) preleciona que Neves (2011) procura separar o texto constitucional e a "realidade constitucional" da dicotomia entre norma e realidade. Todavia, explica que tal separação apenas faz sentido na medida em que se busca enfatizar a diferença entre texto e norma. Desse modo, feita a ressalva quanto à essa distinção e ao uso específico, não se trata de uma separação radical entre realidade e normatividade. Portanto, um texto constitucional isolado da realidade está posto como incapaz de produzir a partir de si uma concretização normativa ou de gerar expectativas normativas frente à realidade bruta. Consequentemente, há uma sobrecarga na Constituição, que é sobrecarregada com a exclusividade da tarefa de exprimir uma generalidade que inexiste na realidade constitucional, restando-lhe apenas a pura facticidade (Gomes, 2024). Dessa forma, segundo Gomes (2024), além da estrutura da "constitucionalização simbólica" é necessário reconhecer que os problemas da "realidade constitucional" brasileira devem ser analisados por um lado, em um horizonte estrutural e, por outro, em uma rede de relações que transcende o cenário nacional, com forte implicação ambiental. Diante do exposto, como hipótese alternativa, pode-se admitir que a interpretação de Gomes (2024) seja mais adequada ao sustentar que, neste sobrevoo metafórico da Guará Vermelha sobre o direito ambiental, o que se observa é que a crítica de Gomes (2024) à formulação do conceito de "constitucionalização simbólica" também desmonta a noção de encriptação, pois tal crítica evidencia a "posição de relevo do sistema econômico global" capaz de se sobrepor até mesmo às expectativas de autonomia sistêmica do direito. Assim, a "constitucionalização simbólica", assim como a "teoria da encriptação do poder", funcionam apenas como instrumentos do sistema econômico global.

DA COISIFICAÇÃO AMBIENTAL AO "RECONHECER-SE COMO NATUREZA": A DOGMÁTICA DA LEI Nº 15.512/2026 À LUZ DA RACIONALIDADE AMBIENTAL E DO BEM VIVER

Renata Cristina Araujo

Resumo: O trabalho analisa a Lei nº 15.512/2026, investigando sua aproximação com perspectivas sociobiocêntricas e a superação do antropocentrismo jurídico. Parte-se da hipótese de que a norma incorpora essas perspectivas ao reconhecer a interdependência entre as formas de vida e valorizar os saberes tradicionais. Adota-se abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e análise jurídico-dogmática. Conclui-se que, embora vinculada ao antropocentrismo alargado, a legislação possibilita novas formas de relação entre sociedade e natureza, especialmente por meio da educação.

EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS E ECOLOGIA DO SERTÃO: ECONOMIA MORAL DOS COMUNS E CUIDADO COM A VIDA NAS GERAIS INSURGENTES

Thiago Henrique Vieira de Oliveira

Resumo: O artigo examina a interseção entre epistemologias decoloniais e sustentabilidade ecológica no Norte de Minas. A partir das Gerais Insurgentes e das territorialidades de geraizeiros, vazanteiros e quilombolas, sustenta-se que a economia moral dos comuns, a confluência e a biointeração de Antônio Bispo dos Santos configuram modelos ecológicos alternativos. Esses saberes, tratados como teoria e não como dado, propõem o cuidado com a vida como horizonte decolonial frente ao neoextrativismo.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT01 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE

Coordenação: Daniella Eloi de Souza e Magalhães

FLORESTA EM JULGAMENTO: A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA PROTEÇÃO DA FAUNA CONTRA O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

Arthur Henrique Morais Werly

Resumo: A pesquisa examina a responsabilidade estatal pela proteção da fauna contra o tráfico de animais silvestres, à luz do artigo 225 da Constituição Federal. Aborda a exploração da fauna, a evolução da tutela ambiental e o ciclo do tráfico, da captura à comercialização. Analisa os impactos sobre a biodiversidade e a saúde pública, bem como os desafios da fiscalização e repressão às redes criminosas, evidenciando a necessidade de fortalecimento institucional, atuação integrada e educação ambiental para a proteção efetiva da fauna.

DIREITO DOS DESASTRES E DIREITO CLIMÁTICO: PREVENÇÃO, GOVERNANÇA DO RISCO E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Mateus da Silva Patrocinio
Bruneli Vieira Pires Medeiros

Resumo: O artigo examina a virada do Direito dos Desastres e do Direito Climático como instrumentos do dever estatal de proteção no Constitucionalismo Ecológico. Articula Beck, Jonas e Sunstein ao marco normativo brasileiro (Leis nº 12.608/2012 e nº 12.187/2009) e toma o desastre do rio Doce como referência para discutir a vulnerabilidade de pequenos municípios. Conclui que superar o modelo reativo exige gestão prospectiva do risco, integração de políticas e participação comunitária.

TERRAS RARAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM POÇOS DE CALDAS: JUSTIÇA ECOLÓGICA E GOVERNANÇA AMBIENTAL DIANTE DOS LIMITES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Daniel Cesar Maiochi

Resumo: Analisa-se a exploração de terras raras no Planalto de Poços de Caldas (MG) a partir da tensão entre transição energética, justiça ecológica e governança ambiental. A pesquisa, jurídico teórica e documental, examina normas, licenciamento, ação civil pública e manifestações institucionais e comunitárias. Sustenta-se que a finalidade climática e estratégica dos minerais não legitima, por si só, sua extração: a sustentabilidade da transição depende também da avaliação integrada de impactos cumulativos, da participação efetiva e da proteção da integridade ecológica.

A ADVOCACIA EM SIMBIOSE COM A COMUNIDADE: UMA PERSPECTIVA ECOJURÍDICA DE ENFRENTAMENTO AO ORDENAMENTO JURÍDICO EXTRATIVISTA

Daniella Eloi de Souza e Magalhães

Resumo: O presente trabalho propõe refletir sobre o papel da advocacia na transformação do Direito a partir das contribuições de Fritjof Capra e Ugo Mattei, em A Revolução Ecojurídica. Analisa-se a crítica dos autores ao ordenamento jurídico extrativista e a necessidade de uma atuação profissional em estreita simbiose com a comunidade. Busca se compreender em que medida a advocacia pode contribuir para a construção de práticas jurídicas orientadas pela co-operação, pela interdependência e pela sustentabilidade socioambiental.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT02 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE

CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS E A OTIMIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL NO ALTO PARANAÍBA

Darjana Vieira Santos Moraes
Renilda Silva Rodrigues Vida

Resumo: O artigo analisa a viabilidade dos consórcios públicos intermunicipais para otimizar o transporte escolar rural em 14 municípios do Alto Paranaíba (SRE Patos de Minas). Com abordagem quali-quantitativa aplicada, utilizaram-se revisão bibliográfica, análise documental e estatística descritiva de dados oficiais. Os resultados indicam elevada heterogeneidade municipal e fraca associação entre localização geográfica e repasses financeiros ($R^2 = 0,087$). Conclui-se que a gestão consorciada apresenta potencial para integrar o planejamento regional e racionalizar rotas e compras, demandando, porém, adequações operacionais e jurídicas.

DIREITO, SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR: OS FUNDAMENTOS DEMOCRÁTICOS DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Deivson Santos de Almeida

Resumo: Este trabalho analisa os fundamentos democráticos da proteção ambiental pela relação entre direito, sustentabilidade e participação popular. Com abordagem qualitativa e análise documental de normas brasileiras e documentos internacionais, sustenta que a proteção ambiental exige informação acessível, participação com influência e responsabilização. Conclui que a sustentabilidade depende de instituições abertas ao controle público, à inclusão dos grupos afetados e à justiça socioambiental, considerando as responsabilidades perante as gerações presentes e futuras.

A PROTEÇÃO DO RIO JEQUITINHONHA EM ALMENARA-MG: MINERAÇÃO, INVISIBILIDADE DO BAIXO RIO E EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO MODELO UTILITARISTA

Elaine Cristina Lopes Ferraz

Resumo: O artigo analisa a degradação das águas e das margens do rio Jequitinhonha em Almenara (MG), marcada pela mineração histórica e, a montante, pela expansão da mineração de lítio. A partir da formação local e do arcabouço jurídico municipal, sustenta que o problema central é de efetividade da tutela ambiental e de invisibilidade dos sujeitos do baixo rio. Propõe monitoramento próprio e defende, com a alfabetização ecológica de Capra, uma educação crítica, holística e transversal, que supere o modelo utilitarista.

A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO PÚBLICO: A ECOTEOLOGIA E OS SABERES ANCESTRAIS COMO EIXOS DE ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA

Jader de Cerqueira Rodrigues

Resumo: O trabalho analisa a inclusão da Educação Ambiental como disciplina obrigatória no ensino público, elegendo a Ecoteologia e as cosmologias ancestrais entre seus eixos programáticos principais. Discute-se o apagamento colonial de divindades originárias guardiãs das matas, como Jaxy Jatere, transfigurado em Saci-Pererê por Monteiro Lobato. Apoiada na ecologia integral de Boff e Papa Francisco, na contra-colonização de Nego Bispo e no xamanismo de Kopenawa, a proposta articula-se ao Direito Ambiental pelo ecologismo de Martinez Alier, tecendo uma matriz pedagógica plural, ética e laica contra o colapso climático.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT03 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE

Coordenação: Larissa Lauane Rodrigues Vieira

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL E DIREITO À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS E DESAFIOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Josiane Cheloni Felga Perdigão de Castro

Resumo: O presente estudo investiga a sustentabilidade institucional à luz do direito à boa administração pública. Por meio de pesquisa bibliográfica e normativa, examina seus fundamentos constitucionais e suas relações com a eficiência, a integridade e os direitos fundamentais. Parte-se da hipótese de que esses fundamentos permitem compreender a sustentabilidade institucional como perspectiva de continuidade, adaptação e fortalecimento das instituições públicas, sem pressupor seu reconhecimento como princípio jurídico autônomo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA: O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO ÉTICA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Jusvânia Ferreira da Cruz Generosa
Josimar das Graças
Paulo Renan Lopes de Sousa

Resumo: Este estudo analisa a educação ambiental na escola pública como dimensão do direito à educação e da construção da sustentabilidade. Discute os desafios éticos e pedagógicos da formação de sujeitos comprometidos com a responsabilidade socioambiental, considerando a realidade do Norte de Minas Gerais. De abordagem qualitativa, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, articulando legislação educacional e ambiental às contribuições de renomados autores da área. Busca refletir sobre as possibilidades e os limites da educação ambiental escolar diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

O CONCEITO DE JUSTIÇA NO DIREITO PENAL CANÔNICO: A FINALIDADE DAS SANÇÕES ENTRE A CORREÇÃO E O PERDÃO

Maria Gabriela Chavenco Sala
Sandro Ferreira

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de justiça no Direito Penal Canônico, com ênfase na relação entre sanções, misericórdia e perdão. A pesquisa adota abordagem qualitativa, hipotético-dedutiva, baseada em revisão bibliográfica e análise normativa. Examina-se a reforma do Livro VI do Código de Direito Canônico e as finalidades das sanções. Conclui-se que a misericórdia deve orientar a responsabilização e a possibilidade de transformação do infrator, sem afastar a restauração da justiça, a proteção das vítimas e as garantias processuais.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT04 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE

Coordenação: Érika Juliana Fagundes Dias

DA ESCUTA DO TERRITÓRIO À EFETIVAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL: SABERES JUVENIS E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE

Niângela Costa de Oliveira

Resumo: A pesquisa analisa como os saberes juvenis sobre o território contribuem para a efetivação do Direito Ambiental e o aprimoramento das políticas públicas de sustentabilidade. Fundamentada na racionalidade ambiental de Enrique Leff, articula Direito, Geografia e participação cidadã. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, examina como a leitura crítica do espaço vivido pode aproximar educação ambiental, identificação de conflitos socioambientais e governança democrática, considerando as condições institucionais necessárias à participação juvenil.

RACIONALIDADE AMBIENTAL E SABERES TRADICIONAIS: O "MODO DE FAZER" DO QUEIJO CANASTRA COMO RESISTÊNCIA BIOCULTURAL NO CERRADO

Solange Cristian Ferreira Costa
Charlene Aparecida Alvarenga

Resumo: Este artigo analisa o "modo de fazer" do Queijo Canastra como práxis de resistência biocultural no Cerrado frente à razão produtivista e à regulação sanitária higienista. Fundamentado na epistemologia de Enrique Leff e na memória biocultural, expõe-se o conflito entre a padronização mercantil e a ecologia do leite cru. Examinam-se os impactos do IPHAN, da Indicação Geográfica e do Selo ARTE. Conclui-se que a preservação desse patrimônio exige a efetivação do diálogo de saberes entre Estado, ciência e agricultura familiar.

O PROBLEMA DO ROMPIMENTO DAS BARRAGENS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO AMBIENTAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE

Nádia Emanuele Silva Cruz

Resumo: Esse estudo analisa as imperfeições da eficácia e da efetividade das normas ambientais para aplicação da sustentabilidade. Nesse sentido, esse artigo visa abordar a importância da mineração, a vulnerabilidade principiológica da prevenção, do poluidor pagador e da responsabilização penal e aplicação desses conhecimentos nos casos de Mariana e de Brumadinho. O método de pesquisa utilizado foi hipotético-dedutivo com análise bibliográfica e documental. Por fim, se percebeu a fragilidade normativa do Princípio da Sustentabilidade no contexto do rompimento de barragens.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT01 – ECOLOGIA E ECONOMIA

Coordenação: Vandeí Antunes Pereira

O "VALE DO LÍTIO" E O NOVO EXTRATIVISMO VERDE: CONFLITOS TERRITORIAIS E JUSTIÇA AMBIENTAL NO VALE DO JEQUITINHONHA

Hamilton Pimentel Lopes Pires
Vandeí Antunes Pereira
Wladmir Tadeu Silveira Coelho

Resumo: Este artigo labora com a exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha (MG) à luz da Lei nº 15.506/2026, sob a ótica da Ecologia Política. Mediante mapeamento de concessões da ANM e revisão bibliográfica, analisa-se o choque entre a corrida por minerais críticos e a reprodução social de comunidades geraizeiras e quilombolas. Demonstra-se que o arcabouço regulatório da lei é insuficiente frente ao colonialismo verde. Conclui-se que a transição energética, sem justiça ambiental, consolida zonas de sacrifício no semiárido norte-mineiro.

RAZÃO MODERNA, NIILISMO ÉTICO, ECONOMIA E ECOLOGIA INTEGRAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA ÉTICO-FILOSÓFICA DE LIMA VAZ

João Paulo Alves dos Reis

Resumo: Investiga-se a Ecologia Integral como um possível contraponto ao Niilismo Ético, a partir de Lima Vaz. Segundo o autor, tal fenômeno está relacionado com a priorização da organização econômica em detrimento de outras dimensões do ethos. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, procura-se verificar se a Ecologia Integral constitui uma resposta adequada ao Niilismo Ético. Conclui-se em sentido positivo, pois, a partir da Ecologia Integral, é possível pensar a rearticulação entre economia e ética.

UMA DISCUSSÃO SOBRE OS FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS DO CUIDADO DA CRIAÇÃO NA ENCÍCLICA LAUDATO SI'

José Leonardo dos Santos Leite

Resumo: Este artigo analisa a encíclica Laudato si', destacando sua fundamentação teológica em defesa da ecologia integral. Para isso, examina elementos da tradição cristã retomados pelo Papa Francisco, especialmente a relação entre Deus e a criação, a bondade intrínseca do criado, a interconexão entre os seres e o papel do ser humano neste conjunto. No âmbito neotestamentário, destaca-se o significado da encarnação e suas implicações para a compreensão da relação entre Cristo e cosmos e a dimensão escatológica da salvação, compreendida como reconciliação de todas as coisas em Cristo.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT01 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES

Coordenação: Maysa Ferreira Naves Cavalcante

O PROFETISMO DA VOCAÇÃO À TEOLOGIA FACE AOS RISCOS DO IDEAL TRANSUMANISTA

Bemhur Barbosa Ferreira

Resumo: O transumanismo figura atualmente como uma doutrina que define os limites humanos enquanto defeitos a serem corrigidos, a todo custo, através da tecnologia. Esta comunicação objetiva refletir a vocação à teologia em sua dimensão profética face aos desafios do ideal transumanista, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Propõe, assim, que a pessoa teóloga, refletindo a graça divina e o mistério da Encarnação, é vocacionada a denunciar o risco desumanizador dessa visão tecnocrática, e apontar para o sentido pleno da vida humana, mesmo vulnerável e finita.

A ECONOMIA DA SALVAÇÃO E O COMPROMISSO AMBIENTAL: REFLEXÃO ACERCA DAS TÉCNICAS UTILIZADAS NO ESPAÇO LITÚRGICO

Daniel Ribeiro Vieira

Resumo: Como a compreensão cristã da criação, a partir da economia da salvação, pode orientar escolhas materiais mais sustentáveis no espaço litúrgico? Partindo da liturgia como participação memorial-sacramental no Mistério Pascal, em Odo Casel, esta comunicação investiga critérios teológicos para discernir os impactos ambientais de materiais e técnicas utilizados no templo. Em diálogo com a Laudato si, especialmente sua proposta de ecologia integral e crítica à cultura do descarte, e com a Laudate Deum, na responsabilidade cristã diante da crise ecológica. Essa preocupação pode ser ilustrada com a comparação entre velas de parafina e eletrônicas, em que a necessidade de articular impacto ambiental, significado litúrgico e uso responsável dos recursos emerge fundamentalmente.

GRAMÁTICAS DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO: AS TRÊS FACES DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA SEGUNDO NANCY FRASER

Elton Vitoriano Ribeiro

Resumo: A filósofa estadunidense Nancy Fraser é uma das mais vigorosas e originais vozes da Filosofia Social contemporânea. Seu pensamento redirecionou os debates sobre justiça social, feminismo e capitalismo, apresentando interpretações criativas, novas e perspicazes. Em obras como Capitalismo Canibal e Benjamin Lectures – Three Faces of Capitalist Labor, ambas de 2022, Fraser apresenta uma redefinição radical do conceito de trabalho no capitalismo atual. Com isso, demonstra como a fragmentação e a subordinação dessa atividade estruturam as múltiplas crises sistêmicas da sociedade contemporânea e incidem diretamente na produção da injustiça social. Fraser, ao definir o capitalismo propõe que ele seja compreendido como uma ordem social institucionalizada ou uma forma de vida, rejeitando a visão puramente econômica do sistema. Essa ordem estabelece fronteiras sistêmicas artificiais entre a esfera central da economia, onde ocorre a produção de valor, e as esferas não econômicas de suporte que lhe dão sustentação, como a cultura, a ecologia e a política. Sob essa perspectiva, o capital possui uma natureza intrinsecamente canibal, ele se sustenta devorando de forma predatória as suas próprias pré-condições de fundo, exaurindo a natureza (gerando a crise ecológica), esvaziando a democracia (corroendo o poder político) e espoliando o trabalho de reprodução social. Nas Benjamin Lectures, a autora argumenta que o trabalho assalariado fabril formal é apenas a ponta visível de um imenso iceberg. Sob a superfície, ocultam-se formas de dominação mais profundas e indispensáveis à acumulação. Fraser conceitua, então, o que chama de "as três faces do trabalho capitalista", a saber, o trabalho explorável, o trabalho expropriável e o trabalho domesticável ou reprodutivo. A primeira face, o Trabalho Explorável (The Exploitable), constitui o foco tradicional das análises operárias. A segunda face é o Trabalho Expropriável (The Expropriable). Enquanto a exploração atinge trabalhadores livres protegidos por direitos, a expropriação consiste no confisco violento de capacidades corporais, populações e recursos territoriais sem qualquer contraprestação ou pagamento integral de seu valor. A terceira face é o Trabalho Domesticável ou Reprodutivo (The Domesticable), voltado à reprodução social. Esta dimensão engloba as atividades de cuidado, manutenção do lar, educação e suporte emocional. Essa fragmentação tripartite do trabalho repercute de maneira determinante na reflexão de Fraser acerca da justiça social. Portanto, ao descortinar as três faces do trabalho e integrá-las à sua teoria tridimensional da justiça, Nancy Fraser oferece um diagnóstico preciso das patologias do capitalismo atual e uma gramática para compreendê-lo. Ela demonstra que o capital não apenas explora o assalariado, mas sobrevive ocultando domesticamente o cuidado e pilhando colonial e racialmente as populações vulneráveis. A justiça social deixa de ser uma aspiração setorial e passa a exigir um projeto político integrado de transformação sistêmica, transfeminista,

antirracista e ecológica. O diagnóstico da autora é cirúrgico! Contudo, nas sociedades capitalistas contemporâneas, diante dessa nova gramática do trabalho, a organização e a realização dessas lutas de fronteira e de emancipação, as únicas capazes de promover uma transformação real, enfrentam o desafio urgente de unificar a classe trabalhadora.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT02 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO PARA CIDADANIA: UM DIÁLOGO ENTRE A PARÁBOLA DO SEMEADOR E OS PENSADORES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Enio Cesar Rodrigues Mendes
Jonas Pinheiro Barbosa

Resumo: Este ensaio propõe um diálogo entre a tradição teológico-bíblica e a Educação Ambiental crítica, tomando a Parábola do Semeador (Marcos 4:3-9) como matriz para compreender a formação da cidadania ambiental. Os solos correspondem ao terreno socioambiental; as sementes, a oito matrizes do pensamento ecológico e pedagógico; a boa terra, à Educação Ambiental crítica, espaço de diálogo de saberes e de cultivo permanente. Conclui-se que a transformação ecológica depende de mudança ética, cultural e educativa, e que a cidadania ecológica permanece horizonte aberto, o inédito-viável freiriano.

UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E NATUREZA É POSSÍVEL? A PANDEMIA COMO EVENTO EPISTÊMICO

Fran de Oliveira Alavina

Resumo: Mais que um evento natural-social, a pandemia da covid-19 expõe as contradições entre homem e natureza geradas pelo paradigma científico moderno. Uma nova ética dessa relação exige outro modelo de ciência, no qual o par saber/fazer supere a pura objetivação do natural. Propõe-se, como ponto de virada, uma concepção em que os eventos epistêmicos deixem de ser rigidamente determinados pela ciência, impondo-se, em vez disso, a partir da própria complexidade do real.

OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: ECONOMIA, ÉTICA E JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Fabrícia Rosa Gonçalves do Nascimento

Resumo: O artigo analisa a relação entre desenvolvimento econômico, ética, justiça e sustentabilidade, destacando os limites jurídicos da atividade econômica. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, com análise de legislação e jurisprudência. Os resultados evidenciam que o crescimento econômico, isoladamente, é insuficiente para assegurar o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que o Direito deve orientar a atividade econômica pela proteção ambiental, justiça socioambiental e responsabilidade com as presentes e futuras gerações.

28/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT03 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES

Coordenação: Isabela Moreira Silva

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA PERSPECTIVA TEOLÓGICA SOBRE DIGNIDADE, INCLUSÃO E AMOR CRISTÃO

Frenilson da Conceição Brito
Clélia Peretti

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento que desafia a sociedade e as comunidades religiosas a repensarem suas práticas de acolhimento, participação e inclusão. Embora os avanços científicos tenham contribuído para uma melhor compreensão do autismo, ainda se observa a necessidade de aprofundar reflexões que contemplem a dimensão humana, ética e espiritual da pessoa autista. Nesse contexto, o presente artigo justifica-se pela relevância de investigar as contribuições da teologia para a promoção da dignidade humana e da inclusão das pessoas com TEA no âmbito comunitário e eclesial. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a perspectiva teológica pode favorecer o reconhecimento da pessoa com autismo como sujeito de dignidade, pertencimento e participação. Parte-se da hipótese de que os fundamentos antropológicos cristãos e o princípio do amor evangélico oferecem elementos capazes de sustentar práticas inclusivas mais efetivas e humanizadoras. O objetivo geral é analisar o TEA à luz da teologia cristã, destacando as categorias da dignidade humana, da inclusão e do amor cristão como referenciais para o acolhimento da diversidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre autismo, antropologia teológica, inclusão social e documentos do magistério da Igreja. Os resultados evidenciam que a compreensão cristã da pessoa humana fortalece perspectivas inclusivas que valorizam as singularidades das pessoas com TEA, promovendo relações baseadas no respeito, na fraternidade e na participação. Conclui-se que a teologia pode contribuir significativamente para a construção de comunidades mais acolhedoras e inclusivas, reconhecendo a diferença como expressão da riqueza da criação e da dignidade inerente a todo ser humano.

OS LIMITES DO USO DE MEDICAMENTOS UTILIZADOS PARA EMAGRECIMENTO: LIMITES CLÍNICOS, DESAFIOS BIOÉTICOS E AVANÇOS BIOTECNOLÓGICOS DOS AGONISTAS DE GLP-1 E GIP/GLP-1

Vera Lúcia dos Santos Silva
Isabela Moreira Silva

Resumo: A crescente utilização dos medicamentos popularmente conhecidos como "canetas emagrecedoras", especialmente os agonistas do receptor do peptídeo semelhante ao glucagon-1 (GLP-1) e os agonistas duais GIP/GLP-1, ampliou as possibilidades terapêuticas para o tratamento da obesidade e do sobrepeso, ao mesmo tempo em que suscitou desafios clínicos, regulatórios e bioéticos. O presente artigo tem como objetivo analisar os limites relacionados ao uso desses medicamentos, considerando os avanços biotecnológicos, os benefícios terapêuticos, os riscos decorrentes do uso indiscriminado, os mecanismos de regulação sanitária e as implicações bioéticas relacionadas à segurança e à equidade no acesso ao tratamento. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica interdisciplinar e análise documental de instrumentos regulatórios e informações produzidas por autoridades sanitárias. A análise evidencia que os avanços relacionados à semaglutida, à liraglutida e à tirzepatida representam importante inovação farmacológica no tratamento da obesidade, do sobrepeso e de determinadas comorbidades, quando observadas as respectivas indicações terapêuticas. Entretanto, a crescente popularização desses medicamentos, sobretudo quando associada à automedicação, ao uso sem acompanhamento profissional e à busca por finalidades predominantemente estéticas, pode ampliar a exposição a eventos adversos e comprometer o uso racional de medicamentos. Sob a perspectiva bioética, evidencia-se uma tensão entre a necessidade de assegurar acesso equitativo aos tratamentos clinicamente indicados e a necessidade de prevenir sua banalização e utilização inadequada. Conclui-se que os avanços terapêuticos proporcionados por esses medicamentos devem ser acompanhados pelo fortalecimento da regulação sanitária, da farmacovigilância, da educação em saúde e do acompanhamento profissional, de modo a conciliar inovação biotecnológica, segurança do paciente, autonomia, beneficência, não maleficência e justiça no acesso às tecnologias em saúde.

ECOTEOLOGIA: UMA ABORDAGEM TEOLÓGICO-PASTORAL DO CUIDADO COM A NATUREZA COMO IMPERATIVO ÉTICO

Maria Eliene Pereira de Oliveira

Resumo: Diante das crises socioambientais, pensar a criação sob a ótica da ética e do cuidado com a natureza tornou-se um imperativo ético indiscutível, amparado pelo respeito à vida e pela responsabilidade coletiva com o ecossistema. Desse modo, a ecoteologia reafirma a criação como dom divino e convoca a sociedade a adotar uma postura coletiva de conversão ecológica e sustentabilidade. Sob essa ótica, a presente pesquisa apresenta uma abordagem Teológico Pastoral e propõe a superação do antropocentrismo predatório, por meio do resgate do mandato de preservação e da interdependência entre os seres vivos.

DO SUBLIME AO GOZO: PSICANÁLISE LACANIANA E A DIMENSÃO SUBJETIVA DA CRISE AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO

João Anacleto Ferreira Souza

Resumo: Este trabalho investiga como a articulação entre o sublime, o além do princípio do prazer e o gozo lacaniano pode contribuir para compreender a dimensão subjetiva da crise ambiental. Parte-se de Burke e Kant, para a experiência que excede a representação; de Freud, para a compulsão à repetição; e de Lacan, para formas de satisfação distintas do bem-estar. Propõe-se uma leitura teórica e exploratória da persistência de práticas de consumo, sem reduzir a crise ecológica a uma questão psíquica.

29/10/2026 – PRESENCIAL – FAJE
GT01 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE
GT01 – EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS
SALA 224 – BLOCO PE. LIBÂNIO – 2º ANDAR

Coordenação: Gabriel Felipe Martins Rocha

A ESCOLA SUSTENTÁVEL E OS DIREITOS DA NATUREZA: ÉTICA DO CUIDADO, RACIONALIDADE AMBIENTAL E A PROPOSTA DE UM MODELO JURÍDICO-PEDAGÓGICO

Claudio Borges dos Santos

Resumo: A crise ecológica é, na sua raiz, crise da racionalidade moderna que instrumentaliza a natureza (LEFF, 2004). Diante dela, a sustentabilidade impõe a ética do cuidado e a superação do antropocentrismo (BOFF, 2012). No Brasil, o art. 225 da CF/88 e a PNEA (Lei 9.795/1999) fundamentam a educação ambiental, ainda ausente dos 140 Projetos Político Pedagógicos (PPPs) analisados. Esta tese, vinculada ao Grupo de Pesquisa Direitos da Natureza, propõe o PPP como estatuto de governança climática, com Anexo Climático e Protocolo de Governança Ecológica Escolar.

O GARANTISMO ECOLÓGICO E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: LUIGI FERRAJOLI E A PROPOSTA DE UMA CONSTITUIÇÃO DA TERRA

João Victor dos Reis Armando

Resumo: O artigo analisa o garantismo ecológico de Luigi Ferrajoli, que propõe estender o constitucionalismo ao plano global diante da crise do Antropoceno. A partir de uma análise teórico-bibliográfica, o texto convida a discussão sobre a incapacidade do Estado-nação, limitado por ciclos eleitorais, de conter mercados desregulados, e reconstrói-se a tese de uma Constituição da Terra, que converteria recursos vitais em bens comuns indisponíveis. Por fim, em diálogo com Kant e Hans Jonas, questiona se as gerações futuras podem ser titulares de direitos e se a proteção da natureza exige superar o antropocentrismo jurídico tradicional.

DA PRESERVAÇÃO À ECOLOGIA INTEGRAL: O DESENVOLVIMENTO DO DISCURSO ECOTEOLÓGICO NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DE 1979, 2017 E 2025

Gutierrez de Lellis Resende

Resumo: Propõe-se analisar a evolução do discurso ecoteológico nas Campanhas da Fraternidade de 1979, 2011 e 2025. Para tal, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica dos textos-base de cada uma dessas Campanhas. A comparação dos temas, dos lemas, dos objetivos gerais e das fundamentações bíblicas faz-nos ver uma considerável ampliação da temática. De um acréscimo na reflexão teológica, a partir de uma visão ecológica ainda focada na ideia de preservação, passou-se a uma integração maior entre ecologia e teologia, possibilitando a construção de uma genuína ecoteologia.

29/10/2026 – PRESENCIAL – FAJE
GT01 – ECOLOGIA E ECONOMIA
SALA 225 – BLOCO PE. LIBÂNIO – 2º ANDAR

Coordenação: Paulo Henrique Laurencio

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E MELHORIAS SOCIOAMBIENTAIS: O PROJETO FLORESCE CONCÓRDIA COMO PRÁTICA DE ECOLOGIA INTEGRAL

Paula Israel Evangelista Vida

Resumo: A comunicação apresenta as ações e mobilizações do Projeto Floresce Concórdia, iniciativa de uma comunidade de fé do bairro Concórdia, em Belo Horizonte, diante da desarborização urbana e de seus efeitos socioambientais. Descreve o diálogo com os moradores, a construção de um plano participativo de rearborização e a articulação com o poder público. À luz da Laudato Si', argumenta-se que a mobilização comunitária concretiza a ecologia integral e amplia o papel das comunidades de fé na melhoria do território.

"A VOZ DO SANGUE DO TEU IRMÃO, DESDE O SOLO, CLAMA A MIM!": UMA LEITURA TEOLÓGICA DA TRAGÉDIA-CRIME DE BRUMADINHO

Enzo Hernan Maximiliano Vargas

Resumo: O trabalho analisa a tragédia-crime de Brumadinho sob a perspectiva teológica, articulando a economia predatória e a crise ecológica. A partir da chave de leitura bíblica de Gênesis 4,10, o desastre é interpretado como consequência direta de um modelo extrativista que mercantiliza a vida e idolatra o lucro. Alinhada à ecologia integral da Laudato Si', a reflexão denuncia esse pecado estrutural contra a Casa Comum, exigindo justiça, reparação histórica e uma urgente conversão ecológica.

29/10/2026 – PRESENCIAL – FAJE
GT01 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES
SALA 223 – BLOCO PE. LIBÂNIO – 2º ANDAR

Coordenação: Bruno Dornellas

VIDAS EM ESPERA, DIREITOS NEGADOS: A REPRODUÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Nicolle Reis Pereira
Newton Teixeira Carvalho

Resumo: O trabalho analisa criticamente a relação entre racismo e violência obstétrica no sistema de saúde brasileiro. Buscando compreender como praticas discriminatórias contribuem para o silenciamento, a negligência e a desumanização das mulheres durante o ciclo gravídico puerperal. Parte-se da premissa de que essas práticas discriminatórias não têm relação científica e não são eventos isolados do campo medico. Como hipótese, sustenta-se que a interseção entre raça e gênero intensifica a vulnerabilidade desses pacientes, resultando em atendimentos marcados por violência simbólica e física.

QUEM AINDA PERMANECE NA PROVÍNCIA DE HEIDEGGER? O HABITAR NA ERA DA TÉCNICA

Stefany Kelly de Carvalho

Resumo: O que resta da província quando até mesmo aquilo que parecia escapar à técnica se encontra submetido ao seu domínio? Esta comunicação propõe um diálogo entre Paisagem criativa: por que permanecemos na província? (1933) e A questão da técnica (1953) , de Martin Heidegger, interrogando a possibilidade do habitar diante de um mundo que tudo calcula e requisita. Se a província outrora resguardava uma experiência de enraizamento, silêncio e pertencimento, cabe perguntar se ainda podemos nela permanecer ou se a própria província já não desapareceu sob o horizonte da técnica.

OS DESAFIOS DA PSICOPOLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Alessandro Santana Mendes

Resumo: O presente trabalho propõe avaliar a obra Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder do filósofo sul coreano Byung-Chul Han, onde se demonstra que a biopolítica denunciada por Michel Foucalt foi ultrapassada, dando lugar à psicopolítica: um desafio contemporâneo que tem contribuído para a criação de uma sociedade narcisista e positiva, onde a negatividade e a diferença do outro devem ser eliminadas. Uma de suas principais armadilhas é transformar o indivíduo em alguém que, constantemente, se auto explora em busca de desempenho ilimitado, contribuindo para que a sociedade se torne depressiva e sofra de esgotamento mental; nisto, o referido pensador trabalha uma ética da alteridade, onde o outro, enquanto indivíduo, é constitutivo das relações humanas.

29/10/2026 – PRESENCIAL – FAJE
GT02 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES
SALA 226 – BLOCO PE. LIBÂNIO – 2º ANDAR

Coordenação: Joana Angélica Farnezi

"TODA A CASA FICOU PERFUMADA": O PAPEL LIBERTADOR DA TEOPOÉTICA A PARTIR DAS MULHERES

Luan de Amorim Moreira

Resumo: A igualdade de gênero constitui um dos pilares fundamentais da sustentabilidade. Nesse contexto, o presente artigo busca reconhecer o papel da literatura como espaço de resistência e ocupação pelas mulheres, possibilitando-lhes voz e o direito de narrar suas próprias experiências do sagrado em lugares que historicamente lhes foram negados. Nesse espaço, preenchido por novos perfumes e experiências, depositados na artesania de suas mãos, torna-se possível a construção de um pensamento teológico a partir de suas vidas, o qual enriquece e renova os enfoques teológicos contemporâneos.

SOBERANIA NACIONAL E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS PARA A MINERAÇÃO DE FERTILIZANTES NO BRASIL

Raphael Geraldo Estanislau Vaz Ribeiro

Resumo: O Brasil, quarto maior consumidor mundial de fertilizantes, importa de 80% a 85% do que consome, com dependência que alcança cerca de 97% no potássio e 70% no fósforo. Nesse sentido, a dependência brasileira da importação de fertilizantes evidencia desafios estratégicos que articulam segurança alimentar, soberania nacional e proteção ambiental. Assim, o trabalho busca examinar mecanismos para enfrentar essa vulnerabilidade, investigando se o PROFERT é capaz de fornecer instrumentos para a superação da dependência brasileira.

29/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT01 – DIREITO E SUSTENTABILIDADE

Coordenação: André Damasceno Barbosa

ESTADO EMPREENDEDOR E SUSTENTABILIDADE: GOVERNANÇA PÚBLICA E INSTRUMENTOS DE CONCRETIZAÇÃO DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO

Mateus da Silva Patrocinio
Bruneli Vieira Pires Medeiros

Resumo: Este artigo investiga como o empreendedorismo estatal e a governança pública concretizam o dever de proteção ambiental do art. 225 da Constituição de 1988. Analisa fundamentos, instrumentos e limites desse empreendedorismo, com ênfase no poder de compra público sob a Lei nº 14.133/2021, por pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam as Compras Públicas Sustentáveis, o Pagamento por Serviços Ambientais e o ICMS Ecológico como instrumentos relevantes. Conclui-se que a Administração deve atuar de forma indutora, e não apenas fiscalizatória.

CRISE SOCIOAMBIENTAL E FORMAÇÃO CIDADÃ: NOVOS CAMINHOS PARA A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA A PARTIR DA RACIONALIDADE AMBIENTAL

Marisa Amaral da Silva
Elaine Cristina Lopes Ferraz

Resumo: Este artigo analisa as contribuições da racionalidade ambiental de Enrique Leff para a formação cidadã diante da crise socioambiental contemporânea. De natureza qualitativa e bibliográfica, articula ideias de Piaget, Paulo Freire e Fritjof Capra, abordando a integração de saberes e a superação da fragmentação do conhecimento. A análise evidencia que a Educação Ambiental, a gestão democrática e o pensamento sistêmico favorecem a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos, comprometidos com a sustentabilidade, a justiça socioambiental e a transformação social.

CIDADES SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS: A ACESSIBILIDADE COMO DIMENSÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO

Karla Andreia Assis Soares

Resumo: Este estudo analisa a acessibilidade como dimensão essencial do meio ambiente urbano sustentável, correlacionando o direito à cidade inclusiva e a proteção ambiental. Fundamentado na dimensão social da sustentabilidade e no princípio da dignidade da pessoa humana, examina-se como a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas concretiza os direitos fundamentais no espaço urbano. Conclui-se que sustentabilidade das cidades exige planejamento equitativo, garantindo que o meio ambiente ecologicamente equilibrado abranja o pleno acesso e a mobilidade de todos.

29/10/2026 – ON-LINE – TEAMS
GT01 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: MÚLTIPLOS OLHARES

Coordenação: Patrícia Reis

ECONOMIA, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE EM CRISE: A CANIBALIZAÇÃO DA NATUREZA E DA VIDA ENTRE MARX E NANCY FRASER

Wallace Lopes e Silva

Resumo: O artigo analisa a crise multidimensional do capitalismo contemporâneo a partir da convergência entre a crítica marxiana e o diagnóstico de Nancy Fraser sobre o "capitalismo canibal", inserindo-se no debate transdisciplinar sobre economia, ética e sustentabilidade. Partindo da crítica de Marx, revisitam-se categorias fundamentais como modo de produção, alienação, fetichismo da mercadoria, exploração e crise, ressaltando a dimensão ética e histórica da reificação da vida e da natureza. Em seguida, examina-se a formulação de Fraser, que conceitua o capitalismo como uma ordem social institucionalizada que devora sistematicamente suas próprias condições de possibilidade — a natureza, a reprodução social, a democracia e as populações racializadas. O estudo destaca a canibalização da natureza como eixo estrutural da insustentabilidade socioambiental do sistema, demonstrando como a fratura ética entre acumulação econômica e equilíbrio ecológico compromete a reprodução da existência humana e não humana. Conclui-se que uma crítica rigorosa, orientada à sustentabilidade e ao Direito Ambiental, exige integrar exploração e expropriação, produção e reprodução, desdobrando o diálogo em lutas interseccionais e horizontes ético-políticos de renovação da vida comum.

ECOESPIRITUALIDADE

Wêdja Domingos de Melo

Resumo: O presente trabalho cujo tema: Ecoespiritualidade, pretende fomentar uma nova sensibilidade com relação ao convite à vida em harmonia e comunhão entre Deus, o ser humano e a criação. Sabendo que tudo está interligado, o ser humano que experiencia Deus o faz em sintonia e comunhão com todas as formas de vida, como expressão de amor. Faz-se necessário, portanto, a abertura interior ao Deus encarnado que toma a iniciativa de ir ao encontro do ser humano a fim de estabelecer o diálogo e, portanto, a relação. Bem como, o acolhimento das alteridades que possibilita estabelecer uma relação fraterna, pautada na empatia, solidariedade e construção da amizade.

DAS RAZÕES ONTOLÓGICAS DO CUIDADO À CONSTRUÇÃO DE UM PACTO SOCIOCULTURAL DE CUIDADO

Vilmar Dal Bó

Resumo: O artigo analisa as razões ontológicas do cuidado como fundamento da existência humana e da convivência social, relacionando-as à construção de um pacto sociocultural de cuidado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, teórico-descritiva, de procedimento bibliográfico, situada no campo da filosofia do cuidado e da ética social. Busca-se compreender como a essência do cuidado se concretiza por meio de indicadores comportamentais que evidenciam a responsabilidade e a dedicação ao outro, contribuindo para a fundamentação de um pacto social de cuidado.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Afonso Murad | FAJE

Profa. Dra. Cláudia Maria Rocha de Oliveira | FAJE

Prof. Dr. Elton Vitoriano Ribeiro | FAJE

Prof. Dr. Marcelo Kokke Gomes | Centro Universitário Dom Helder

Profa. Dra. Mariza Rios | Centro Universitário Dom Helder

Prof. Dr. Romeu Faria Thomé da Silva | Centro Universitário Dom Helder

Prof. Dr. Sinivaldo Silva Tavares | FAJE

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Carlos Cunha | PUC Minas

Prof. Dr. Edward Neves Guimarães | PUC Minas

Prof. Dr. Élio Estanislau Gasda | FAJE

Prof. Dr. Jelson Oliveira | PUCPR

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin | PUCRS

Prof. Dr. Marcial Maçaneiro | PUCPR

Profa. Dra. Marília Murta | FAJE

Profa. Dra. Patricia Reis | FAJE

Prof. Dr. Wendell Evangelista Lopes | UFMT

Profa. Dra. Beatriz Souza Costa | Centro Universitário Dom Helder

Profa. Dra. Maraluce Maria Custódio | Centro Universitário Dom Helder

Prof. Dr. José Adércio Leite Sampaio | Centro Universitário Dom Helder

Prof. Dr. Talden Farias | UFPB e UFPE